

LOCAL

UNESCO premeia associação pela defesa do património do Porto

Associação para a Reabilitação Urbana e Protecção do Património ganhou candidatura a programa da UNESCO e vai ter duas dezenas de voluntários, de vários países, a avaliar o edificado histórico da cidade

Reabilitação Urbana Abel Coentrão

A reabilitação urbana que, na última década, à boleia do turismo, lavou a cara do centro histórico do Porto é também um factor de risco para as marcas identitárias do edificado mais antigo da cidade. Há muitas vozes que, aqui e ali, vêm denunciando a opção pelo “fachadismo”, e, para perceber até onde vai essa tendência, e ajudar os agentes no terreno a evitar repetir erros, a Associação Portuguesa para a Reabilitação Urbana e Protecção do Património (APRUPP) vai desenvolver, na Primavera de 2021, um projecto de monitorização, com o apoio da UNESCO.

A APRUPP ganhou uma candidatura ao programa World Heritage Volunteers 2021, da UNESCO, através do qual vai acolher no final de Fevereiro vinte voluntários de vários países das áreas da arquitectura e conservação do património, entre outras. Com eles, a associação liderada pela investigadora Alice Tavares Costa, e sediada no Porto, vai avançar com uma iniciativa de avaliação, no terreno, do estado de conservação dos elementos que caracterizam a arquitectura do centro histórico.

Neste momento, a APRUPP, que já tem um princípio de entendimento com o município, para apoiar o projecto, procura outros parceiros para o levar a cabo, esperando, como o país, que até lá o novo coronavírus ceda terreno, e permita realizar todo o programa no momento previsto. Este incluirá a realização de oficinas dedicadas a algumas técnicas e materiais que estão a cair em desuso, como as paredes de tabique, os tectos estucados, caixilharias em madeira, etc. E Alice Costa gostaria que algumas dessas sessões formativas – abertas a portugueses – pudessem acontecer em plena rua.

Este projecto, que abrange áreas classificadas pela UNESCO com algum tipo de risco para o património existente, surge na continuidade daquela que tem sido a intervenção da APRUPP, uma organização sem fins lucrativos que, desde 2012, tem procurado alertar para a necessidade de



Desde 2012 a APRUPP vem tentando convencer agentes imobiliários e técnicos para a necessidade de preservar o património edificado

se conjugar a renovação do edificado com a preservação dos principais elementos que o caracterizam e que justificaram a sua elevação a Património da Humanidade. Muitos desses alertas têm passado por acções de formação, cada vez mais procuradas. Na última, dedicada à conservação e restauro de estruturas em aço antigo o caso de estudo era o Elevador de Santa Justa – havia 80 inscritos.

Alice Tavares Costa assume que as preocupações com o património não se cingem, nem se devem cingir, apenas ao Porto e a Lisboa, as duas cidades mais pressionadas pelo boom do imobiliário. Há várias zonas do país onde o edificado anterior à era do betão armado já representa menos de 5% do total, percebeu esta investigadora da Universidade de Aveiro num levantamento que fez há alguns

anos. Uma situação preocupante, a que soma o facto de, em muitas reabilitações dos últimos anos, estarem a ser usados materiais de menor durabilidade e nem sempre ajustados ao pré-existente.

A estreia do prémio APRUPP

A par da dificuldade de convencer muitos agentes imobiliários da necessidade de preservação de elementos patrimoniais, estas opções de projecto são aliás, um dos grandes problemas da reabilitação urbana em Portugal, explica a académica e dirigente da APRUPP. Os edifícios reconstruídos, em que apenas se aproveita a fachada, podem ter, na aparência, um melhor desempenho ambiental (pelo lado da poupança energética), mas vão ter necessidades de intervenção nos próximos

anos, e nos casos em que se opte pela demolição, a pegada ecológica será considerável, nota.

Nos últimos anos, a APRUPP tem dedicado parte do seu esforço a criar mecanismos de circularidade num dos sectores da economia em que menos se recicla. O Repositório de Materiais de Construção, que foi apontado pelo Ministério do Ambiente como um bom exemplo de Economia Circular, tem tido dificuldade em circular, como conceito, e instalar-se no território, a uma escala pelo menos municipal. Ter um lugar, em cada concelho, onde quem vai reconstruir uma casa sabe que pode encontrar vigas de madeira, estruturas de clarabóias, portas, janelas, peças de mármore ou de madeira antigos resultantes de outras obras parece, à partida, não só uma boa

ideia mas um contributo para a sociedade que seremos obrigados a construir nas décadas que aí vêm. Mas poucos perceberam, ainda, isso.

Interessada em garantir que cada vez mais técnicos e investigadores se sensibilizem para aquelas que têm sido as suas preocupações centrais, a APRUPP está a lançar este ano um prémio para teses de mestrado (mil euros) e doutoramento (1250 euros), que abordem um de três tópicos: intervenção mínima vs. máxima preservação; compatibilização entre tecnologias e materiais antigos e novos; durabilidade e sustentabilidade das intervenções. As candidaturas podem ser entregues até 31 de Outubro, e os premiados serão anunciados ainda este ano.

acoentrao@publico.pt